



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E INELEGIBILIDADE

MANUAL DO USUÁRIO

Sumário

1.	Tela de login do Sistema de Controle de Acesso.....	3
2.	Tela de seleção dos sistemas.....	4
3.	Tela inicial do sistema.....	5
4.	Tela de cadastro do processo	6
5.	Tela de cadastro de condenação e informações sobre a condenação.....	7
6.	Tela de visualização e alteração dos dados da pessoa(s).....	8
7.	Tela de cadastro de pessoa(s) e informações da condenação	10
8.	Informações sobre a condenação	12
8.1	Trânsito em julgado	12
8.2	Órgão colegiado	14
9.	Consulta de processo.....	16
10.	Consulta de condenação/pessoa	18
11.	Visualização dos dados do Processo	20
12.	Alteração do Processo.....	21
13.	Visualização dos dados da condenação	22
14.	Tela de alteração de condenação	23
15.	Tela de consulta do cumprimento de pena	24
16.	Visualização dos dados do cumprimento da condenação	25
17.	Alteração dos dados do cumprimento da condenação	26
18.	Suporte ao usuário	26

1. Tela de login do Sistema de Controle de Acesso

CPF: MAGAC0000

Senha: [REDACTED] Entrar

[Esqueceu sua senha?](#)

Para maiores informações:
✉ sistemasnacionais@cnj.jus.br
☎ (61) 2326-5353

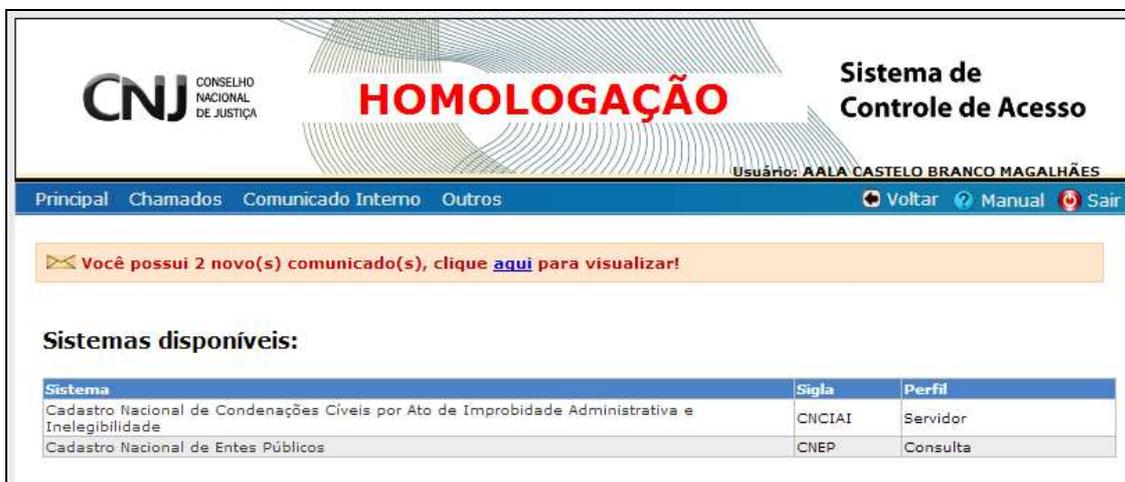
Sistema de Controle de Acesso - Conselho Nacional de Justiça

A tela de login do sistema de controle de acesso será a tela inicial para todos os sistemas do CNJ.

O usuário deve informar o login e a senha, previamente fornecidos ao magistrado pela Corregedoria-Geral de Justiça a qual está vinculado.

Importante: Os magistrados cadastrados no sistema da Resolução nº 47 (Cadastro das Inspeções nos Estabelecimentos Penais) tem, automaticamente, acesso ao sistema da Resolução nº 44 (Cadastro Nacional de Improbidade), já que o login de acesso será único para todos os sistemas.

2. Tela de seleção dos sistemas



CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

HOMOLOGAÇÃO

Sistema de Controle de Acesso

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

Principal Chamados Comunicado Interno Outros Voltar Manual Sair

✉ Você possui 2 novo(s) comunicado(s), clique [aqui](#) para visualizar!

Sistemas disponíveis:

Sistema	Sigla	Perfil
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	CNCIAI	Servidor
Cadastro Nacional de Entes Públicos	CNEP	Consulta

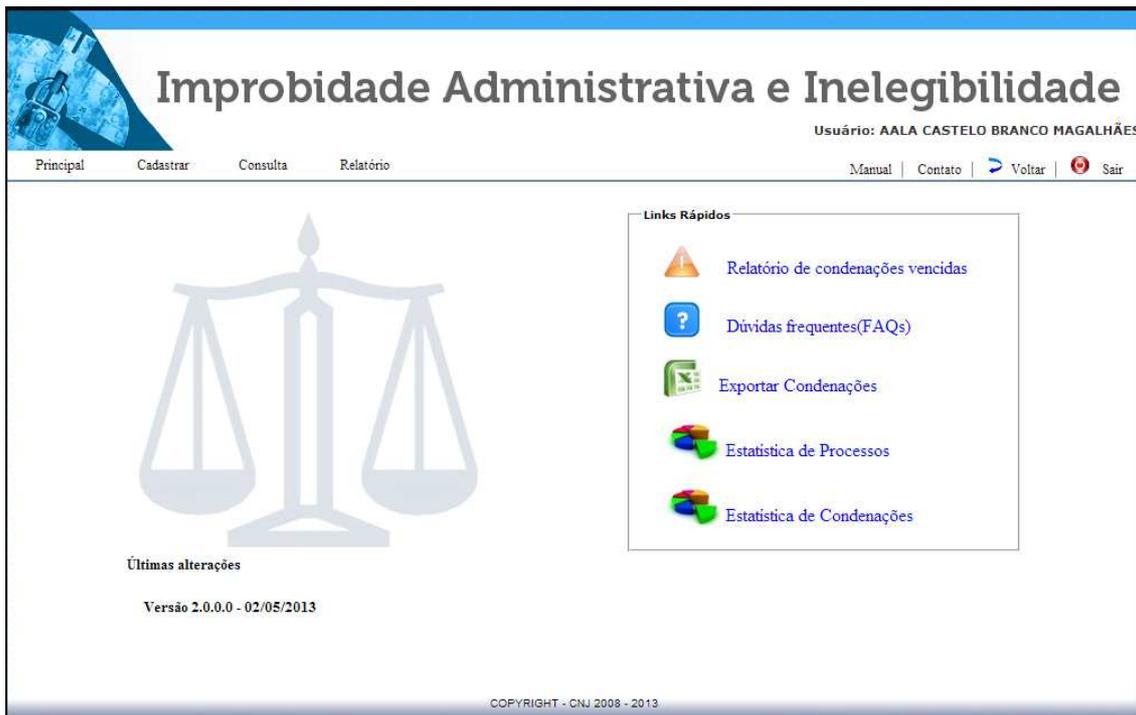
Nesta tela, o usuário deve indicar o sistema que deseja consultar e/ou alimentar.

A possibilidade de acesso aos sistemas se dará de acordo com o login e a senha do usuário, da mesma forma que o nível de acesso.

Os usuários que não são magistrados nem conveniados têm acesso ao Cadastro Nacional dos Condenados por Ato de Improbidade Administrativa apenas para consulta dos dados. A consulta ao mencionado cadastro nacional depende de convênios firmados com o Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução nº 50/CNJ.

* Art. 5º - O acesso ao conteúdo dos dados do Cadastro Nacional de Condenados por ato de improbidade administrativa se restringirá aos órgãos públicos, mediante solicitação de informações ao Conselho Nacional de Justiça ou convênio a ser firmado para livre acesso à pesquisa no sistema.

3. Tela inicial do sistema



O menu desta página apresenta os seguintes links:

Principal: retorna à página inicial do Cadastro.

Cadastrar: serão abertas aos usuários duas possibilidades: o cadastramento do processo ou condenação/requerido.

Consulta: os usuários terão três opções: consulta por processo, por condenação/pessoa e cumprimento da condenação. Será aberta a possibilidade de informar sobre o cumprimento da condenação nesta opção.

Manual: apresenta o manual do sistema do Cadastro Nacional dos Condenados por Ato de Improbidade Administrativa.

Contato: fale conosco para eventuais dúvidas sobre o sistema e a sua utilização.

4. Tela de cadastro do processo

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

Principal | Cadastrar | Consulta | Relatório | Manual | Contato | Voltar | Sair

Cadastro de Processo

Responsável pelas informações: USU4EA828346CCD6 Data da Informação: 27/06/2013

Dados Processuais Relevantes

Esfera:	Estadual
Tribunal:	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Grau de jurisdição:	1º Grau - TJPI
Comarca:	PARNAIBA
Órgão Judiciário:	4ª VARA CÍVEL DE PARNAIBA

*Número do Processo:

*Data da propositura da ação:

COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013

Nesta tela deverá ser cadastrado novo processo, transitado em julgado, com condenação de pessoa física ou jurídica por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92.

O usuário está vinculado por padrão a um determinado tribunal e deverá informar a comarca e o órgão judiciário, bem como o número do processo e a data da propositura da ação. Considera-se data da propositura da ação a data de primeiro protocolo feito no Poder Judiciário.

Estando o usuário vinculado à Justiça Federal, abrem-se os campos seção judiciária e subseção judiciária.

Todos os campos são obrigatórios.

Após o cadastramento do processo ser confirmado, o sistema gera a mensagem: Processo cadastrado com sucesso!

O usuário, então, poderá optar por cadastrar novo processo ou inserir o nome da parte requerida no processo já cadastrado.

Para adicionar requerido no processo já cadastrado, o usuário deverá clicar em: Clique aqui para cadastrar requerido(s) deste processo.

5. Tela de cadastro de condenação e informações sobre a condenação

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

Principal | Cadastrar | Consulta | Relatório | Manual | Contato | Voltar | Sair

Cadastro de Condenação

Responsável pelas informações: USU4EA828346CCD6 Data da Informação: 27/06/2013 16:09:41

(*) CAMPOS OBRIGATÓRIOS

DADOS PROCESSUAIS RELEVANTES

NUM. PROCESSO:	151
Esfera:	Estadual
Tribunal:	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Grau de jurisdição:	1º Grau - TJPI
Comarca:	PARNAIBA
Órgão Judiciário:	4ª VARA CIVEL DE PARNAIBA

*PESSOA: [Pesquisar/Cadastrar Pessoa](#)

*** INFORMAÇÕES DA CONDENAÇÃO FINAL**

*Assunto: [Pesquisar](#)

Assuntos Relacionados

Nenhum assunto adicionado

*** INFORMAÇÕES SOBRE A CONDENAÇÃO**

Tipo julgamento: Trânsito em julgado Órgão colegiado

COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013

Aqui, o usuário deve cadastrar a pessoa condenada por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade no processo já cadastrado, clicando no campo: pesquisar/ cadastrar pessoa.

6. Tela de visualização e alteração dos dados da pessoa(s)

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

Principal | Cadastrar | Consulta | Relatório | Manual | Contato | Voltar | Sair

Cadastro de Condenação

Responsável pelas informações: USU4EA828346CCD6 | Data da Informação: 27/06/2013 16:09:41

(*) CAMPOS OBRIGATORIOS

DADOS PROCESSUAIS RE: **Pesquisa de Pessoa(s)**

NUM. PROCESSO: _____
Esfera: _____
Tribunal: _____
Grau de jurisdição: _____
Comarca: _____
Órgão Judiciário: _____

*PESSOA: _____

* INFORMAÇÕES DA CC _____

*Assunto: _____

Assuntos Relacionados _____

* INFORMAÇÕES SOBRE A CONDENAÇÃO

Tipo julgamento: Trânsito em julgado Órgão colegiado

Enviar dados

CPF/CNPJ: _____ (Somente os números)
Nome: _____

Pesquisar | Limpar | Cadastrar

Clique sobre o nome para visualizar os dados

Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	RG
MARIA TESTEEEEE	81248582411	
ANTONIO CARLOS BOUZADA	11430362120	1234567
21884657842	21884657842	
478.527.957-57	47852795757	
516.647.212-82	51664721282	
596.813.544-19	59681354419	4.725.687-7
599.021.216-08	59902121608	
642.553.503-29	64255350329	
682.867.625-41	68286762541	
70.326.788/0001-06	70326788000106	

Número de registros: 5960 | Página 1 de 596

COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

Principal | Cadastrar | Consulta | Relatório | Manual | Contato | Voltar | Sair

Cadastro de Condenação

Responsável pelas informações: USU4EA828346CCD6 Data da Informação: 27/06/2013 16:09:41

(*) CAMPOS OBRIGATÓRIOS

DADOS PROCESSUAIS RELEVANTES:

NUM. PROCESSO:

Esfera:

Tribunal:

Grau de jurisdição:

Comarca:

Órgão Judiciário:

*PESSOA:

*** INFORMAÇÕES DA CONDENAÇÃO**

*Assunto:

Assuntos Relacionados

*** INFORMAÇÕES SOBRE A CONDE**

Tipo julgamento: Trânsito em julgado Órgão colegiado

Visualizar Dados da Pessoa

Classificação

Pessoa Física Pessoa Jurídica

*Nome:

*CPF:

RG:

Sexo:

É ou foi Agente Público?

(*) Campos Obrigatórios

Dados recuperados com sucesso.

COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013

Ao selecionar a pessoa, o sistema apresentará a tela em que devem ser confirmados os dados do réu. Poderão ser alteradas informações, desde que permaneçam inalterados o nome e o CPF/CNPJ do réu.

7. Tela de cadastro de pessoa(s) e informações da condenação

The screenshot displays the 'Cadastro de Condenação' web application. At the top, the title 'Improbidade Administrativa e Inelegibilidade' is visible, along with the user's name 'Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES'. The navigation menu includes 'Principal', 'Cadastrar', 'Consulta', and 'Relatório'. The main content area is titled 'Cadastro de Condenação'. A modal window titled 'Cadastro Pessoa(s)' is open, showing a 'Classificação' section with radio buttons for 'Pessoa Física' (selected) and 'Pessoa Jurídica'. Below this, there are input fields for '*Nome:', '*CPF:' (with a note '(Somente os números)'), 'RG:', 'Sexo:' (with a dropdown menu), and a checkbox for 'É ou era Agente Público?'. At the bottom of the modal are 'Cadastrar' and 'Voltar' buttons, and a note '(*) Campos Obrigatórios'. The background form has sections for 'DADOS PROCESSUAIS RE...', 'INFORMAÇÕES DA CC...', and 'INFORMAÇÕES SOBRE A CONDENAÇÃO', with a 'Tipo julgamento:' section containing radio buttons for 'Trânsito em julgado' and 'Órgão colegiado'.

Caso trate-se do primeiro cadastro deverão ser informados os dados da pessoa. Abre-se a tela em que é solicitada a classificação, se pessoa física ou jurídica.

Apontada a opção, devem ser preenchidos os campos Nome, CPF, RG, Sexo e indicada a opção se é ou era agente público.

O nome deve ser preenchido sem abreviações. O nome e o CPF são obrigatórios.

Caso seja assinalada a opção “é ou era agente político”, o usuário deve selecionar de qual esfera, indicar o órgão, o cargo e/ou função do agente e, por fim, sua vinculação a uma das unidades da federação. O campo é facultativo.

Cadastrada a pessoa, retorna-se à tela inicial. Nessa página principal, no campo Pessoa, aparece automaticamente o nome do réu. Nesse momento, deve ser indicado(s) o(s) Assunto(s) da Lei de Improbidade e Inelegibilidade pelo(s) qual(is) foi condenado o réu, de acordo com a decisão transitada em julgado ou órgão colegiado, clicando no campo: pesquisar.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
 Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

Principal | Cadastrar | Consulta | Relatório | Manual | Contato | Voltar | Sair

Cadastro de Condenação

Responsável pelas informações: USU4EA828346CCD6 | Data da Informação: 27/06/2013 16:09:41

(*) CAMPOS OBRIGATORIOS

DADOS PROCESSUAIS RELEVANTES

NUM. PROC.:

Esfera:

Tribunal:

Grau de jur:

Comarca:

Órgão Judic:

*PESSOA: []

*INFORMA:

*Assunto:

Assuntos:

Crimes

*INFORMA:

Tipo julgame:

Pesquisar Assunto Processual

Pesquisar por: Assunto Artigo Glossário

Assuntos:

- DIREITO PENAL
 - Crimes contra a vida
 - Crimes contra a liberdade pessoal
 - Redução a condição análoga à de escravo**
 - Crimes contra o Patrimônio
 - Crimes contra a Dignidade Sexual
 - Crimes contra a Incolumidade Pública
 - Crimes Praticados por Funcionários Públicos
 - Crimes Previstos na Legislação Extravagante
 - Crimes Praticados por Particular Contra a
 - Crimes Praticados por Particular Contra a
 - Crimes Contra a Administração da Justiça
 - Crimes Contra as Finanças Públicas
- DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS
- DIREITO PENAL MILITAR

Dispositivo legal: CP

Artigo: 149

Glossário:

Redução a condição análoga à de escravo
 Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o

[Clique aqui para adicionar o assunto selecionado ao processo](#)

Enviar dados

Neste campo, foram listados os atos de improbidade administrativa e de inelegibilidade definidos pela Lei nº 8.429/92.

Importante: Para preenchimento desses dados, deve ser observada a possibilidade da modificação da decisão prolatada em primeiro grau pelos tribunais.

Para facilitar o preenchimento, todos os artigos e incisos da Lei de Improbidade e Inelegibilidade estão listados, para adicionar um assunto, o usuário deverá clicar em: Clique aqui para adicionar o assunto selecionado ao processo. Selecionado o assunto, retorna-se à tela inicial. Nessa página, no campo "Assuntos Relacionados", aparece automaticamente o assunto selecionado.

Se no dispositivo da sentença somente houver a citação do *caput* do artigo, tem-se a opção de indicá-lo.

Se não houver na sentença definição quanto aos incisos, deve-se marcar a opção do *caput*.

8. Informações sobre a condenação

8.1 Trânsito em julgado

*** INFORMAÇÕES SOBRE A CONDENAÇÃO**

Tipo julgamento:
 Trânsito em julgado orgao colegiado

Marque qual ou quais penas foram aplicadas

Data do trânsito em julgado

Pena privativa de liberdade

Ressarcimento integral do dano?

Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio?

Pagamento de multa?

Perda de Emprego/Cargo/Função Pública?

Suspensão dos Direitos Políticos

Inelegibilidade

Proibição de Contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário?

Informações complementares

5000

Enviar dados

Nestes campos devem ser informadas as penas aplicadas ao réu.

Inicia-se com a **data do trânsito em julgado**, que é obrigatória e deve ser informada no calendário do sistema.

*** INFORMAÇÕES SOBRE A CONDENAÇÃO**

Tipo julgamento:
 Trânsito em julgado orgao colegiado

Marque qual ou quais penas foram aplicadas

Data do trânsito em julgado

Pena privativa de liberdade

Ressarcimento integral do dano?

Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio?

Pagamento de multa?

Perda de Emprego/Cargo/Função Pública?

Suspensão dos Direitos Políticos

Inelegibilidade

Proibição de Contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário?

Informações complementares

5000

Enviar dados

Nov		2015				
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

Caso seja assinalada **pena privativa de liberdade**, o sistema abre a opção de período estimado. Fornecido o número de Anos, Meses e Dias e data inicial no campo **De**. O sistema preenche automaticamente o campo **Até**. O campo **Até** permite a alteração em razão de causas modificadoras da pena (remição, detração, entre outras causas).

Pena privativa de liberdade	<input checked="" type="checkbox"/> Período estimado	Anos: 0	Meses: 0	Dias: 0	De: <input type="text"/>	Até: <input type="text"/>
-----------------------------	--	---------	----------	---------	--------------------------	---------------------------

Indicado o **ressarcimento integral do dano**, a **perda de bens ou valores ilicitamente acrescidos ao patrimônio** do réu ou **pagamento da multa** são abertos os campos para a apresentação dos valores correspondentes a estas penas.

Ressarcimento integral do dano?	<input checked="" type="checkbox"/> Valor	R\$ <input type="text"/>
Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio?	<input checked="" type="checkbox"/> Valor	R\$ <input type="text"/>
Pagamento de multa?	<input checked="" type="checkbox"/> Valor	R\$ <input type="text"/>

Indicado se houve **perda de emprego/cargo/função pública**.

Perda de Emprego/Cargo/Função Pública?	<input checked="" type="checkbox"/>
--	-------------------------------------

Caso seja assinalada a condenação à **suspensão dos direitos políticos**, o sistema abre a opção de período da condenação, que sempre se inicia com a data do trânsito em julgado, alimentada automaticamente pelo sistema. Fornecido o número de anos da condenação pelo usuário, o sistema indicará a data do término do período da perda dos direitos políticos.

Suspensão dos Direitos Políticos	<input checked="" type="checkbox"/> Período	De: 27/06/2013	Até: <input type="text"/>
		Anos: 0	Meses: 0
		Comunicação à Justiça Eleitoral <input type="checkbox"/>	

Indicado se o réu está inelegível no campo **Inelegibilidade**.

Inelegibilidade	<input checked="" type="checkbox"/>
-----------------	-------------------------------------

A **proibição de contratação com o Poder Público ou o recebimento de incentivos fiscais** deverão também ser informados, neste caso, o sistema abre a opção de período da condenação, que sempre se inicia com a data do trânsito em julgado. Selecionado o número de anos da condenação pelo usuário, o sistema indicará a data do término do período da proibição de contratar com o Poder Público e o recebimento de incentivos fiscais.

Proibição de Contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário?	<input checked="" type="checkbox"/> Período	De: 27/06/2013	Até: <input type="text"/>
		Anos: 0	Meses: 0

8.2 Órgão colegiado

*** INFORMAÇÕES SOBRE A CONDENAÇÃO**

Tipo julgamento: Trânsito em julgado Órgão colegiado

Decisão

Data da decisão do órgão colegiado

Pena privativa de liberdade aplicada

Ressarcimento integral do dano?

Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio?

Pagamento de multa?

Perda de Emprego/Cargo/Função Pública?

Suspensão dos Direitos Políticos

Inelegibilidade

Proibição de Contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário?

Período De: Até:

Anos: Meses:

Informações complementares

5000

Nestes campos devem ser informadas as penas aplicadas ao réu.

Inicia-se com a **data da decisão do órgão colegiado**, que é obrigatória e deve ser informada no calendário do sistema.

Data da decisão do órgão colegiado

Pena privativa de liberdade aplicada

Ressarcimento integral do dano?

Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio?

Pagamento de multa?

Perda de Emprego/Cargo/Função Pública?

Suspensão dos Direitos Políticos

Inelegibilidade

Proibição de Contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário?

Jun 2013

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Caso seja assinalada **pena privativa de liberdade**, o sistema abre a opção de período estimado. Fornecido o numero de Anos, Meses e Dias e data inicial no campo **De**. O sistema preenche automaticamente o campo **Até**. O campo **Até** permite a alteração em razão de causas modificadoras da pena (remição, detração, entre outras causas).

Pena privativa de liberdade Período estimado

Anos: Meses: Dias:

De: Até:

Indicado o **ressarcimento integral do dano**, a **perda de bens ou valores ilicitamente acrescidos ao patrimônio** do réu ou **pagamento da multa** são abertos os campos para a apresentação dos valores correspondentes a estas penas.

Ressarcimento integral do dano?	<input checked="" type="checkbox"/>	Valor	R\$	<input type="text"/>
				(treze reais e treze centavos)
Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio?	<input checked="" type="checkbox"/>	Valor	R\$	<input type="text"/>
Pagamento de multa?	<input checked="" type="checkbox"/>	Valor	R\$	<input type="text"/>

Indicado se houve **perda de emprego/cargo/função pública**.

Perda de Emprego/Cargo/Função Pública?	<input checked="" type="checkbox"/>
--	-------------------------------------

Caso seja assinalada a condenação à **suspensão dos direitos políticos**, o sistema abre a opção de período da condenação, que sempre se inicia com a data do trânsito em julgado, alimentada automaticamente pelo sistema. Fornecido o número de anos da condenação pelo usuário, o sistema indicará a data do término do período da perda dos direitos políticos.

Suspensão dos Direitos Políticos	<input checked="" type="checkbox"/>	Período	De:	<input type="text" value="27/06/2013"/>	Até:	<input type="text"/>
			Anos:	<input type="text" value="0"/>	Meses:	<input type="text" value="0"/>
			Comunicação à Justiça Eleitoral <input type="checkbox"/>			

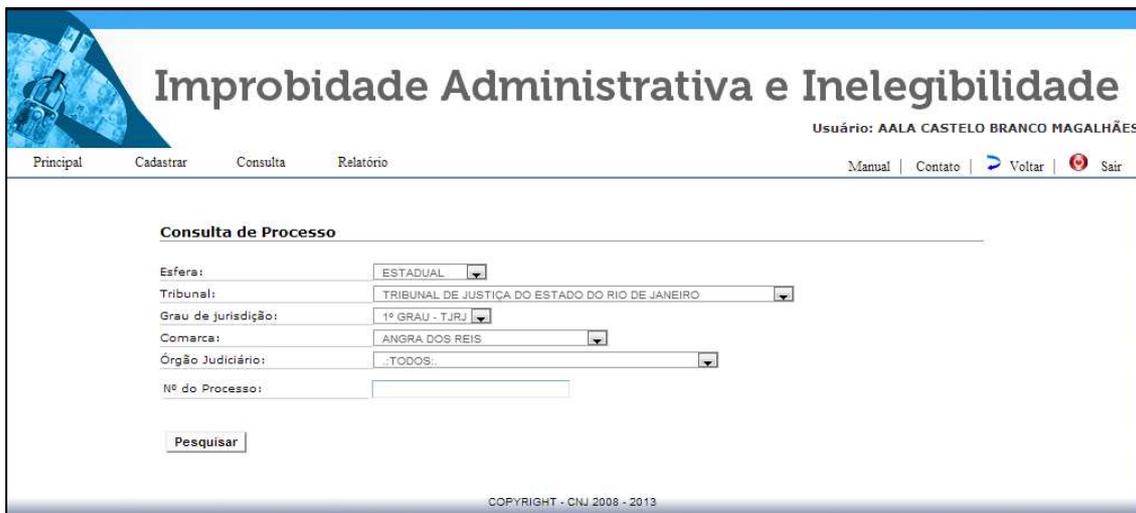
Indicado se o réu está inelegível no campo **Inelegibilidade**.

Inelegibilidade	<input checked="" type="checkbox"/>
-----------------	-------------------------------------

A **proibição de contratação com o Poder Público ou o recebimento de incentivos fiscais** deverão também ser informados, neste caso, o sistema abre a opção de período da condenação, que sempre se inicia com a data do trânsito em julgado. Selecionado o número de anos da condenação pelo usuário, o sistema indicará a data do término do período da proibição de contratar com o Poder Público e o recebimento de incentivos fiscais.

Proibição de Contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário?	<input checked="" type="checkbox"/>	Período	De:	<input type="text" value="27/06/2013"/>	Até:	<input type="text"/>
			Anos:	<input type="text" value="0"/>	Meses:	<input type="text" value="0"/>

9. Consulta de processo



The screenshot shows the web interface for 'Improbidade Administrativa e Inelegibilidade'. At the top left is a logo with a scale of justice. The title 'Improbidade Administrativa e Inelegibilidade' is centered at the top. To the right, the user is identified as 'Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES'. Below the title is a navigation menu with 'Principal', 'Cadastrar', 'Consulta', and 'Relatório'. On the right side of the menu are links for 'Manual', 'Contato', 'Voltar', and 'Sair'. The main content area is titled 'Consulta de Processo' and contains a search form with the following fields:

- Esfera: ESTADUAL (dropdown)
- Tribunal: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (dropdown)
- Grau de jurisdição: 1º GRAU - TJRJ (dropdown)
- Comarca: ANGRA DOS REIS (dropdown)
- Órgão Judiciário: ..TODOS.. (dropdown)
- Nº do Processo: (text input)

A 'Pesquisar' button is located below the form. At the bottom of the page, it says 'COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013'.

No caso de consulta por processo, o sistema apresentará os filtros: esfera da Justiça, tribunal, comarca, órgão judiciário e número do processo.

Estando o usuário vinculado à Justiça Federal, abrem-se os campos seção judiciária e subseção judiciária.

A indicação dos filtros: Ao menos 1 dos campos deve estar preenchido.

Poderão ser consultados todos os processos cadastrados no sistema. O sistema retorna a lista de processo e a quantidade de registros.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

[Principal](#) [Cadastrar](#) [Consulta](#) [Relatório](#)

[Manual](#) | [Contato](#) | [Voltar](#) | [Sair](#)

Consulta de Processo

Esfera:
Tribunal:
Grau de jurisdição:
Comarca:
Nº do Processo:

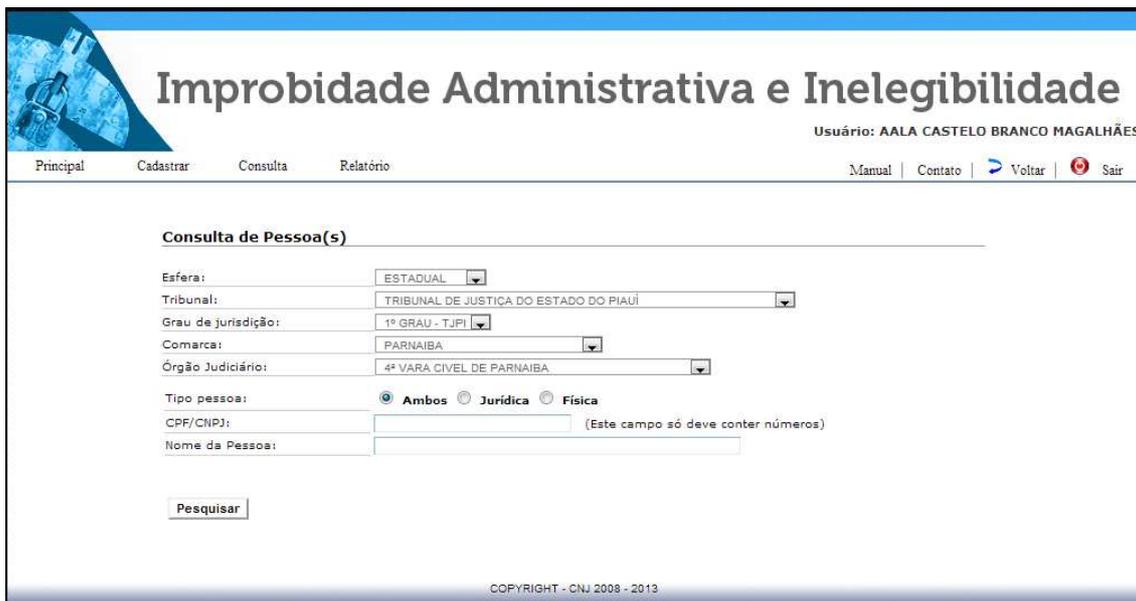
Núm. Processo	Comarca / Subseção Judiciária	Órgão Judiciário	Ação
1234	ANGRA DOS REIS	JUIZADO ESPECIAL CIVEL - ANGRA DOS REIS	---
00000029620068190052	ARARUAMA	2ª VARA CIVEL - ARARUAMA	---
00021443920078190052	ARARUAMA	1ª VARA CIVEL - ARARUAMA	---
00077813920058190052	ARARUAMA	2ª VARA CIVEL - ARARUAMA	---
00077952320058190052	ARARUAMA	1ª VARA CIVEL - ARARUAMA	---
00084863720058190052	ARARUAMA	2ª VARA CIVEL - ARARUAMA	---
00084872220058190052	ARARUAMA	1ª VARA CIVEL - ARARUAMA	---
00008352920048190006	BARRA DO PIRAÍ	2ª VARA - BARRA DO PIRAÍ	---
00027458619988190011	CABO FRIO	2ª VARA CIVEL - CABO FRIO	---
00053396820018190011	CABO FRIO	2ª VARA CIVEL - CABO FRIO	---
20030130002428	CAMBUCI	VARA UNICA - CAMBUCI	---
20040130005882	CAMBUCI	VARA UNICA - CAMBUCI	---
20060130006258	CAMBUCI	VARA UNICA - CAMBUCI	---
00132164520048190014	CAMPOS DOS GOYTACAZES	3ª VARA CIVEL - CAMPOS DOS GOYTACAZES	---
00001904020058190015	CANTAGALO	VARA UNICA - CANTAGALO	---

Número de registros: 81

Página 1 de 6

COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013

10. Consulta de condenação/pessoa



The screenshot displays the web interface for 'Improbidade Administrativa e Inelegibilidade'. At the top, the user is identified as 'AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES'. The navigation menu includes 'Principal', 'Cadastrar', 'Consulta', and 'Relatório'. On the right, there are links for 'Manual', 'Contato', 'Voltar', and 'Sair'. The main content area is titled 'Consulta de Pessoa(s)' and contains the following fields:

- Esfera:** Dropdown menu with 'ESTADUAL' selected.
- Tribunal:** Dropdown menu with 'TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ' selected.
- Grau de jurisdição:** Dropdown menu with '1º GRAU - TJPI' selected.
- Comarca:** Dropdown menu with 'PARNAIBA' selected.
- Órgão Judiciário:** Dropdown menu with '4ª VARA CÍVEL DE PARNAIBA' selected.
- Tipo pessoa:** Radio buttons for 'Ambos' (selected), 'Jurídica', and 'Física'.
- CPF/CNPJ:** Text input field with a note: '(Este campo só deve conter números)'. It is currently empty.
- Nome da Pessoa:** Text input field, currently empty.

A 'Pesquisar' button is located below the input fields. At the bottom of the page, the text 'COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013' is visible.

A consulta poderá ser feita pelo CPF/CNPJ ou pelo nome da pessoa.

No caso de consulta por pessoa, o sistema apresentará os seguintes filtros: esfera da Justiça, tribunal, grau de jurisdição, comarca, órgão judiciário, tipo pessoa, CPF/CNPJ e nome da pessoa.

A indicação dos filtros: Ao menos 1 dos campos deve está preenchido.

Poderão ser consultados todos os requeridos cadastrados no sistema. O sistema retorna a lista de pessoas e a quantidade de registros.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

[Principal](#) [Cadastrar](#) [Consulta](#) [Relatório](#)

[Manual](#) | [Contato](#) | [Voltar](#) | [Sair](#)

Consulta de Pessoa(s)

Esfera:

Tribunal:

Grau de jurisdição:

Comarca:

Órgão Judiciário:

Tipo pessoa: Ambos Jurídica Física

CPF/CNPJ: (Este campo só deve conter números)

Nome da Pessoa:

Nome Pessoa	CPF/CNPJ	Núm. Processo	Situação	Ação
ANTONIO CARLOS BOUZADA	114.303.621-20	2205201302	Inativo	<input type="button" value="Excluir"/>
21884657842	218.846.578-42	000214062013	Ativo	<input type="button" value="Excluir"/>
76.282.656.0001-06	76.282.656/0001-06	2205201302	Inativo	<input type="button" value="Excluir"/>
78.017.520/0001-02	78.017.520/0001-02	000214062013	Ativo	<input type="button" value="Excluir"/>
78.017.520/0001-02	78.017.520/0001-02	000313062013	Ativo	<input type="button" value="Excluir"/>
AA GOMES & CIA LTDA	01.226.420/0001-53	2205201302	Ativo	<input type="button" value="Excluir"/>
ABDORAL EUFRASINO DE PINHO	036.895.493-53	2205201302	Ativo	<input type="button" value="Excluir"/>
ABEL ALVES SARAIVA DOS SANTOS	835.361.081-72	2205201301	Ativo	<input type="button" value="Excluir"/>
MARIO ANTONIO TOCHETTO	353.705.990-68	111212321321	Ativo	<input type="button" value="Excluir"/>
MÁRIO AUGUSTO MADALENA	150.191.108-25	111212321321	Ativo	<input type="button" value="Excluir"/>
MÁRIO AUGUSTO PEREGRINO TOSCANO LYRA	150.200.291-49	111212321321	Ativo	<input type="button" value="Excluir"/>
MARIO CÉLIO CORREA	478.150.609-78	111212321321	Ativo	<input type="button" value="Excluir"/>

Número de registros: 12

Página 1 de 1

11. Visualização dos dados do Processo

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

Principal | Cadastrar | Consulta | Relatório | Manual | Contato | Voltar | Sair

Dados do Processo

[Alterar Informações](#) | [Histórico de Alterações](#)

Responsável pelas informações: USU4EA828346CCD6
Data da Informação: 14/06/2013 10:45:03

Esfera:	Estadual
Tribunal:	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Grau de jurisdição:	1º Grau - TJPI
Comarca:	PARNAIBA
Órgão Judiciário:	4ª VARA CÍVEL DE PARNAIBA
Num. do Processo:	000214062013
Data da propositura da ação:	01/02/2013

[Clique aqui para cadastrar novas condenações neste processo](#)

Pessoa(s) envolvida(s) no processo

- 78.017.520/0001-02
- 862.749.669-27
- 21884657842

Aqui, visualizam-se os dados do processo previamente cadastrado.

Nesta tela, à direita, há a opção “alterar informações” e a opção “histórico de alterações”. Clicando na primeira, o usuário poderá alterar informações do processo. Clicando na outra, poderá visualizar o histórico das alterações.

No meio desta página, há opção para cadastrar novo requerido a ser vinculado ao processo ou visualizar os dados da condenação do requerido já cadastrado a este processo.

A autorização para o cadastramento e para a modificação de dados depende do nível de acesso do usuário ao sistema.

12. Alteração do Processo

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

Principal | Cadastrar | Consulta | Relatório | Manual | Contato | Voltar | Sair

Alteração do Processo

Responsável pelas informações: USU4EA828346CCD6 Data da Informação: 27/06/2013

Dados Processuais Relevantes

Esfera:	Estadual
Tribunal:	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Grau de jurisdição:	1º Grau - TJPI
Comarca:	PARNAIBA
Órgão Judiciário:	4ª VARA CÍVEL DE PARNAIBA

*Número do Processo: 000214062013
*Data da propositura da ação: 01/02/2013

COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013

Clicando em alterar informações na tela anterior, o usuário poderá modificar os dados do processo previamente cadastrado.

Só terá permissão de alteração o usuário-magistrado vinculado ao tribunal em que tramita o processo. A alteração e a senha do responsável pelo ato ficarão registradas no sistema.

13. Visualização dos dados da condenação

Dados da Condenação			
Alterar Informações			
Cadastrado por:	USU4EA828346CCD6		
Data do Cadastramento:	22/05/2013 11:18:13		
DADOS PROCESSUAIS RELEVANTES			
Número do Processo:	2205201302		
Esfera:	Estadual		
Tribunal:	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí		
Grau de jurisdição:	1º Grau - TJPI		
Comarca:	PARNAIBA		
Órgão Judiciário:	4ª VARA CIVEL DE PARNAIBA		
DADOS DA PESSOA			
Nome	CNPJ/CPF	Tipo	Situação
ANTONIO CARLOS BOUZADA	11430362120	Física	Inativo
INFORMAÇÕES DA CONDENAÇÃO FINAL			
Assuntos Relacionados			
Agrotóxicos			
INFORMAÇÕES SOBRE A CONDENAÇÃO			
Tipo Julgamento:	<input type="radio"/> Trânsito em julgado <input checked="" type="radio"/> Órgão colegiado		
Decisão			
Data da decisão do órgão colegiado			
Pena privativa de liberdade aplicada	SIM	Anos: Meses: Dias:	
Ressarcimento integral do dano?	SIM	Valor	R\$ 100.000,00
Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio?	SIM	Valor	R\$ 90.000,00
Pagamento de multa?	SIM	Valor	R\$ 10.000,00
Perda de Emprego/Cargo/Função Pública?	SIM		
Suspensão dos Direitos Políticos?	SIM	De: 22/05/2013	Até: 22/05/2013 Comunicação à Justiça Eleitoral SIM
Inelegibilidade	SIM		
Proibição de Contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário?	SIM	De: 22/05/2013	Até: 22/05/2013
Informações complementares			
<div style="border: 1px solid black; height: 40px;"></div>			

Nesta página visualizam-se os dados da parte requerida e todas as informações sobre a pena aplicada.

À direita, há a opção “alterar informações” .

14. Tela de alteração de condenação

Alteração de Condenação
Responsável pelo Cadastro: USU4EA828346CCD6 Data da Informação: 22/05/2013 10:51:28
(*) CAMPOS OBRIGATÓRIOS
DADOS PROCESSUAIS RELEVANTES
NUM. PROCESSO: 2205201302
TRIBUNAL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA: PARNAIBA
ÓRGÃO JUDICIÁRIO: 4ª VARA CÍVEL DE PARNAIBA
DADOS DA PESSOA
Nome: ANTONIO CARLOS BOUZADA CNPJ/CPF: 11430362120 Tipo: Física
Situação: Ativo Inativo
*** INFORMAÇÕES DA CONDENAÇÃO FINAL**
*Assunto:
Assuntos Relacionados
Agrotóxicos
*** INFORMAÇÕES SOBRE A CONDENAÇÃO**
Tipo julgamento: Trânsito em julgado Órgão colegiado
Decisão: Aplicada:
Data da decisão do órgão colegiado:
Pena privativa de liberdade aplicada: Período Anos: 0 Meses: 0 Dias: 0
Ressarcimento integral do dano? Valor R\$ 100.000,00
Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio? Valor R\$ 90.000,00
Pagamento de multa? Valor R\$ 10.000,00
Perda de Emprego/Cargo/Função Pública?
Suspensão dos Direitos Políticos? Período De: Até: 22/05/2013
Anos: 0 Meses: 6
Comunicação à Justiça Eleitoral
Inelegibilidade
Proibição de Contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário? Período De: Até: 22/05/2013
Anos: 0 Meses: 0
Informações Complementares:

Clicando em alterar informações na tela anterior, o usuário poderá modificar os dados da pena aplicada ao requerido.

Só terá permissão de alteração o usuário-magistrado vinculado ao tribunal em que tramita o processo. A alteração e a senha do responsável pelo ato ficarão registradas no sistema.

15. Tela de consulta do cumprimento de pena

The screenshot shows a web application interface for consulting penalty fulfillment. The header features a blue banner with the text 'Improbidade Administrativa e Inelegibilidade' and the user name 'Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES'. Below the banner is a navigation menu with links for 'Principal', 'Cadastrar', 'Consulta', and 'Relatório'. On the right side of the menu, there are links for 'Manual', 'Contato', 'Voltar', and 'Sair'. The main content area is titled 'Consulta Cumprimento de Pena' and contains a form with the following fields: 'Esfera' (dropdown menu set to 'ESTADUAL'), 'Tribunal' (text input field containing 'TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ'), 'Grau de jurisdição' (dropdown menu set to '1º GRAU - TJPI'), 'Comarca' (dropdown menu set to 'PARNAIBA'), 'Órgão Judiciário' (dropdown menu set to '4ª VARA CÍVEL DE PARNAIBA'), 'CPF/CNPJ' (text input field), 'Nome do Requerido' (text input field), and 'Nº do Processo' (text input field). A 'Pesquisar' button is located below the form. At the bottom of the page, there is a copyright notice: 'COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013'.

O usuário deverá indicar a esfera da Justiça, o tribunal, o grau de jurisdição, a comarca, o órgão judiciário, o CPF/CNPJ, o nome do requerido ou o número do processo para consulta sobre o cumprimento da pena aplicada.

Pelo menos um dos campos deverá ser preenchido para a consulta de cumprimento de pena.

16. Visualização dos dados do cumprimento da condenação



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

Principal | Cadastrar | Consulta | Relatório | Manual | Contato | Voltar | Sair

Dados do Cumprimento da condenação

[Alterar Informações](#) | [Histórico de Alterações](#)

Responsável pelo Cadastro: **USU4EA828346CCD6** Data de Cadastro: **22/05/2013 10:51:28**

DADOS PROCESSUAIS RELEVANTES

NUM. PROCESSO:	2205201302
Esfera:	Estadual
Tribunal:	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Grau de jurisdição:	1º Grau - TJPI
Comarca:	PARNAIBA
Órgão Judiciário:	4ª VARA CÍVEL DE PARNAIBA

DADOS DA PESSOA

Nome	CNPJ/CPF	Tipo	Situação
ANTONIO CARLOS BOUZADA	11430362120	Física	Inativo

INFORMAÇÕES SOBRE A CONDENAÇÃO

Tipo julgamento: Trânsito em julgado Órgão colegiado

Todas as condenações foram cumpridas? NÃO

Data da decisão do órgão colegiado

Cumprida

<input checked="" type="checkbox"/> Pena privativa de liberdade aplicada	Anos: Meses: Dias:
<input checked="" type="checkbox"/> Ressarcimento integral do dano?	Valor R\$ 100.000,00
<input checked="" type="checkbox"/> Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio?	Valor R\$ 90.000,00
<input checked="" type="checkbox"/> Pagamento de multa?	Valor R\$ 10.000,00
<input checked="" type="checkbox"/> Perda de Emprego/Cargo/Função Pública?	
<input type="checkbox"/> Suspensão dos Direitos Políticos?	De: 22/05/2013 Até: 22/05/2013 Comunicado à Justiça Eleitoral: Sim
<input type="checkbox"/> Inelegibilidade	
<input checked="" type="checkbox"/> Proibição de Contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário?	De: 22/05/2013 Até: 22/05/2013

COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013

Aqui será visualizado os dados do cumprimento da pena. Constarão as informações sobre cada uma das penas aplicadas e/ou eventualmente já cumpridas pelo réu.

À direita, aparecem as seguintes opções: “alterar informações” e “histórico de alterações”.

Só terá permissão de alteração o usuário-magistrado vinculado ao tribunal em que tramita o processo. A alteração e a senha do responsável pelo ato ficarão registradas no sistema.

17. Alteração dos dados do cumprimento da condenação



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Usuário: AALA CASTELO BRANCO MAGALHÃES

Principal Cadastrar Consulta Relatório Manual Contato Voltar Sair

Alteração de Cumprimento da Condenação

Responsável pelo Cadastro: **USU4EA828346CCD6** Data de Cadastro: **22/05/2013 10:51:28**

DADOS PROCESSUAIS RELEVANTES

NUM. PROCESSO: **2205201302**
TRIBUNAL: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**
COMARCA: **PARNAIBA**
ÓRGÃO JUDICIÁRIO: **4ª VARA CÍVEL DE PARNÁIBA**

DADOS DA PESSOA

Nome	CNPJ/CPF	Tipo
ANTONIO CARLOS BOUZADA	11430362120	Física

INFORMAÇÕES SOBRE A CONDENAÇÃO

Tipo julgamento: Trânsito em julgado Órgão colegiado

Todas as condenações foram cumpridas? NÃO

Data da decisão do órgão colegiado:

Cumprida

<input checked="" type="checkbox"/> Pena privativa de liberdade aplicada	Anos: Meses: Dias:
<input checked="" type="checkbox"/> Ressarcimento integral do dano?	Valor R\$ <input type="text" value="100.000,00"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio?	Valor R\$ <input type="text" value="90.000,00"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Pagamento de multa ?	Valor R\$ <input type="text" value="10.000,00"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Perda de Emprego/Cargo/Função Pública?	
<input type="checkbox"/> Suspensão dos Direitos Políticos?	De: <input type="text"/> Até: <input type="text" value="22/05/2013"/>
<input type="checkbox"/> Inelegibilidade	
<input checked="" type="checkbox"/> Proibição de Contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário?	De: <input type="text"/> Até: <input type="text" value="22/05/2013"/>

COPYRIGHT - CNJ 2008 - 2013

Nesta página, deverão ser informados os dados sobre o cumprimento da condenação do requerido.

O cumprimento da condenação deve ser informado no que tange a cada uma das penalidades (elencadas na Lei nº 8.429/92) a que foi condenado o réu. Marca-se o campo à esquerda da pena para a modificação de seu status (cumprida).

Só será excluído do cadastro o réu que cumprir todas as penas indicadas.

Quanto à suspensão de direitos políticos e a proibição de contratar com o Poder Público, o sistema calcula automaticamente o período, como já informado.

18. Suporte ao usuário

Sistemas de informatização de dados dependem da experiência do usuário. Esclarecimentos de dúvidas ou de informações técnicas adicionais poderão ser solicitados diretamente ao CNJ:

Telefones:

Central de Atendimento
(61) 2326-5454

Corregedoria Nacional de Justiça
(61) 3217-4553

Site:

www.cnj.jus.br

E-mails:

ouvidoria@cnj.jus.br
sistemasnacionais@cnj.jus.br